



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)** descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Devido a necessidade da administração de adquirir o referido produto, a mercadoria será usada para ficar disposta em reuniões, encontros, eventos e no dia-a-dia dos funcionários é fundamental que se tenha a licitação, através de Pregão Eletrônico, para suprir a demanda da Administração Municipal.

### **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA**

**(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)** V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Após analisado, foram obtidas diversas soluções para a obtenção de café no paço municipal:

Solução 1 - aquisição por meio de processo licitatório, quando o café for considerado um item necessário ao funcionamento interno do órgão. Nesse caso, a compra deve estar devidamente justificada no planejamento orçamentário e seguir todas as normas de compras públicas, garantindo igualdade entre fornecedores e o melhor custo-benefício para o erário.

Solução 2 - instalação de máquinas automáticas de café, operadas por empresas terceirizadas. Nessa modalidade, o órgão pode ceder espaço físico, enquanto os servidores adquirem o café por conta própria. Essa solução reduz gastos diretos da administração e mantém a oferta do produto de forma organizada e acessível.

Solução 3 - parcerias com cooperativas ou associações de servidores, que podem organizar a compra coletiva do café e sua distribuição interna, sem utilização de recursos públicos. Essa prática estimula o senso de colaboração e evita questionamentos legais sobre o uso indevido de verbas.



Diante das análises, a aquisição de café por meio de processo licitatório pode ser considerada a alternativa mais benéfica entre as opções apresentadas, sobretudo por estar plenamente alinhada aos princípios que regem a administração pública. Diferentemente de soluções informais ou terceirizadas, a licitação garante legalidade, transparência e controle dos gastos públicos, elementos essenciais para evitar irregularidades e assegurar o uso correto dos recursos.

Após análise do enquadramento ou não da atividade entre as hipóteses abrangidas pelo SIMPLES, que o ramo de atividade correspondente permite a aplicação do regime do SIMPLES, nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar 123/2006.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

**A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?**

Sim (X)

Não ( )

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, é assegurado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) o tratamento diferenciado e favorecido, inclusive quanto ao regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que atendidos os requisitos legais. Não há vedação quanto à participação de empresas optantes pelo Simples Nacional na presente contratação.

**Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?**

Sim (X)

Não ( )

**Poderá participar Sociedades Cooperativas?**

Sim ( X )

Não ( )

**Da vedação à subcontratação**

A vedação à subcontratação justifica-se pelo fato de que o objeto consiste no fornecimento direto de bens comuns, cuja entrega depende exclusivamente do fornecedor contratado, sem qualquer necessidade de divisão de responsabilidades ou repasse de etapas a terceiros. A subcontratação poderia gerar perda de controle sobre a qualidade, prazos, condições de garantia e conformidade técnica dos itens, além de dificultar a fiscalização e a responsabilização em caso de divergências ou irregularidades. Considerando que todos os produtos possuem especificações claras, padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, a execução direta pelo contratado



assegura maior segurança jurídica, rastreabilidade, eficiência e atendimento fiel às necessidades da Administração, razão pela qual a subcontratação não se mostra adequada nem proporcional ao objeto

### **Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços**

Observa-se que as especificações técnicas do produto registrado em atas não correspondem integralmente ao padrão de qualidade exigido, especialmente no que se refere às características do café, como tipo de grão, grau de torra, moagem, prazo de validade e demais requisitos técnicos necessários para assegurar a qualidade do consumo. Tal incompatibilidade pode comprometer o atendimento adequado às demandas internas.

Ademais, após análise comparativa de preços, constatou-se que os valores registrados não se mostram vantajosos em relação aos praticados no mercado local, o que afasta o princípio da economicidade. A adesão, nessas condições, poderia resultar em dispêndio superior ao necessário, sem benefício proporcional para a Administração.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)** justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

A compra do produto será conforme a necessidade da Administração, dividindo a quantidade total pelos meses do contrato.

### **4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

**(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)** estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa da contratação foi baseada no consumo do último contrato, elevando o número de itens de acordo com os que foram requisitados.

### **5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;



Considerando o valor do ultimo contrato registrado do produto, estima-se que o valor da contratação será de aproximadamente R\$ 42.816,00.

## **6. ANÁLISE DOS RISCOS**

**(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)** a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A análise de riscos está em documento anexo.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)** descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Considerando as análises acima, é visto que a necessidade da Administração será sanada com o pregão eletrônico para adquirir esse item, visto que é considerado produto comum e não há outra alternativa mais vantajosa.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Como requisito da contratação será requerido o seguinte documento:

a) Alvará da vigilância sanitária em plena validade.

### **INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

( ) SIM

(X) NÃO

## **9. JUSTIFICATIVAS**

**(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)** A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A exigência de alvará sanitário é fundamental para garantir a qualidade e a segurança dos produtos fornecidos. Essa exigência visa assegurar que os fornecedores possuam a autorização expedida pelo órgão competente,



necessária para atender às demandas do contrato, respeitando normas de higiene, segurança alimentar e qualidade dos produtos.

## **10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**

**(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)** descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

## **11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)** demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, da empresa contratada, de produto considerado comum, espera-se adquirir produto de segurança e confiabilidade, para suprir a necessidade para fornecimento de café em reuniões, encontros, eventos e disponibilidade para os funcionários da Prefeitura de Dois Vizinhos-PR.

## **12. REGIME DE FORNECIMENTO**

**(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)** o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

É notório o benefício da compra em larga escala, visto que poderá ser reduzido custos dos produtos, sendo mais benéfico para a municipalidade, porém, esse produto em questão não pode ser mensurado sobre pedidos mínimos, visto que serão adquiridos conforme demanda, contudo, foi feita uma análise do quantitativo estimado para 12 meses de contrato.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À**



## **CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)** providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Elismara Biz Baggio
Fiscal Técnico:	
Suplentes:	Vanessa Fabiane Severnini

## **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**

**(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

A futura contratação tem correlação com filtros de café, para o processamento do item, que já foi licitado no Pregão 90013/2025.

## **15. ALINHAMENTO COM O PAC**

**(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)** demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 8358;
- IV) Classe/Grupo: gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-56/2026;

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☐ Global  
☐ Lote(s) de Itens  
☒ Por Item(ns)

**17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☒ Bens e serviços comuns  
☐ Bens e serviços especiais  
☐ Serviço comum de engenharia  
☐ Serviço especial de Engenharia

Bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. Em outras palavras, são produtos ou serviços que possuem características padronizadas e de fácil acesso, com disponibilidade em larga escala.

Vide definições na Lei 14133/2021, art. 6º para encontrar a definição de cada opção para saber em qual o objeto se enquadra.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos  
☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra  
☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo  
☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

**18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Café é item padronizado e amplamente comercializado, com especificações objetivas (tipo, torra, moagem, embalagem, validade), o que reduz incerteza de desempenho e risco de inadimplemento relevante. Se houver atraso pontual ou não entrega, o impacto é limitado e a Administração consegue substituir o fornecedor rapidamente (inclusive por compras emergenciais dentro do permitido, ou por novo procedimento), sem gerar paralisação de serviço essencial. Em contratações de pequeno vulto (ou com impacto orçamentário





baixo), a garantia pode ser **desproporcional** ao risco efetivo e ao benefício esperado, aumentando custo indireto e burocracia sem ganho real de segurança.

## **19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações citadas, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para fornecimento de café, visando as demandas da Administração Municipal, objetivando eficiência e confiabilidade nos produtos.

## **20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- (X) Pregão, (X) Tradicional ( ) SRP  
( ) Concorrência, ( ) Tradicional ( ) SRP  
( ) Concurso  
( ) Leilão  
( ) Dialogo Competitivo

### **Procedimentos auxiliares**

- ( ) Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)  
( ) Pré-Qualificação  
( ) Procedimento de Manifestação de Interesse

### **Contratação Direta:**

- ( ) Dispensa ( ) com disputa ( ) sem disputa  
( ) Inexigibilidade de licitação.

### **Critério de julgamento:**





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

**21.** Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
- ☐ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 22 de janeiro de 2026

Matheus Nogueira Ponte  
Matricula funcional: 19133-1  
Departamento de Compras